

BOA NOTÍCIA

Portaria autoriza queda no valor de passagens entre cidades de MS

Redução no movimento das empresas de transporte e na alíquota do ICMS do diesel favorece a medida

ANNY MALAGOLINI

A partir de hoje, as viagens entre os municípios de Mato Grosso do Sul podem ficar mais baratas, com descontos de até 40%. A “promoção”, na verdade, é fruto de uma portaria assinada entre o governo estadual e empresas de transportes de passageiros do Estado, em consequência da redução da alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do diesel. O termo que autoriza as empresas a aplicarem tarifas promocionais foi assinado ontem, pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB), por meio da resolução da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos (Agepan).



Empresa já aplica preço mais baixo

Com a medida anunciada ontem, pelo governo estadual, passagens de ônibus de empresa que faz a linha Campo Grande a Porto Murtinho, cuja tarifa custa R\$ 103, devem cair para R\$ 60 em dias da semana e para R\$ 80 em outros dias, que ainda serão definidos.

O compromisso foi firmado após a reclamação das transportadoras, que culpavam a crise econômica como con-

sequência da baixa procura por passagens em alguns trechos e a cobrança do imposto estadual. Agora, cada empresa será responsável por aplicar as tarifas reduzidas e escolher quais serão os trechos disponíveis. A ideia é usar a promoção em dias com menor fluxo de passageiros. Trechos turísticos, como até o município de Bonito, também deverão ganhar desconto. “A crise desapareceu com os turistas”, comentou Osvaldo Possari, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros do Estado (Rodosul). Segundo ele, a queda de passageiros chegou a 30% – No ano passado, 4,8 milhões de pessoas usaram o serviço in-



PAULO RIBAS

CIRCULAÇÃO FRACA. Queda na tarifa agradou empresários do setor, que alegam queda na receita

termunicipal das 14 empresas do Estado – e um dos motivos para a queda é o transporte clandestino, que entra na disputa oferecendo preços baixos, apesar da ilegalidade. Outra constatação feita pelas empresas é que as viagens pelas cidades do interior costumam ser feitas de carro, e a ideia é oferecer transporte a baixo custo.

A REDUÇÃO
As empresas que tiverem inte-

resse em aderir ao acordo de redução de passagens deverão anunciar a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (Agepan) até a próxima semana quais serão as rotas com valores promocionais. De acordo com o governador Reinaldo Azambuja, a redução do ICMS do diesel permitirá que as transportadoras trabalhem com preços diferenciados. “A portaria permite o usuá-

rio comprar passagem mais barata em um transporte legal e com facilidade de parcelamento, como já existe em alguns estados”, ressaltou. Sobre a cobrança do ICMS, Reinaldo Azambuja disse que continua numa “queda de braço” para que o preço do tributo sofra nova redução – a alíquota do ICMS do diesel teve contração de 12% em Mato Grosso do Sul.

AQUÁRIO DO PANTANAL

Obra pode exigir novo certame

ANNY MALAGOLINI E CELSO BEJARANO

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) informou ontem que definirá nos próximos dias quem vai concluir o Aquário Pantanal, se será a Egelte Engenharia, que venceu a licitação, mas foi retirada da obra no ano passado, ou se promoverá outra licitação. A construção do Aquário, erguido desde 2011, já consumiu soma superior a R\$ 200 milhões – o custo inicial seria R\$ 84 milhões – e já era para ter

ficado pronta no ano passado. “Dentro de alguns dias, teremos um desenrolar sobre a legalidade, se eles (Egelte) vão ou não retomar as obras do aquário”, afirmou o governador. Azambuja revelou que a Egelte já foi notificada pelo governo, que pediu o retorno da empreiteira. Em resposta, a construtora comunicou, por meio de documento, que não tem mais nenhuma responsabilidade sobre a obra, já que no ano passado a Proteco Construções, investigada na Operação Lama Asfáltica, da Polícia

Federal, assumiu a construção. A Egelte começou a obra, mas o ex-governador André Puccinelli (PMDB) determinou em março do ano passado que outra empreiteira assumisse a construção, pelo atraso. Daí, entrou a Proteco, empresa envolvida em um esquema de fraudes em licitações, superfaturamento de obras e corrupção. A Egelte e a Proteco foram as empresas que mais receberam recursos do governo pela construção do Aquário. A reportagem tenta ouvir os diretores da Egelte desde a

semana passada. No entanto, por meio da assessoria de imprensa, a direção da empreiteira informou que não ia se pronunciar. Sobre a informação indicando que a Fluidra, empreendimento espanhol que cuida do local onde ficam os tanques dos aquários, também deixaria a obra, Azambuja não se mostrou preocupado. “A gente vai seguir o rito normal, se a Fluidra entender que vai abandonar [a obra], é algo que lhe compete, mas terá de cumprir as responsabilidades contratuais”, disse. O contrato da Fluidra, de R\$ 29 milhões, que expira em novembro próximo, é investigado



GERSON OLIVEIRA

INACABADA. Deputados visitaram obra parada nesta semana

pelo Ministério Público por suposto superfaturamento. De acordo com os deputados que integram a Comissão Especial de acompanhamento

da construção do Aquário, a empresa espanhola sustenta que, sem as empreiteiras na obra, não há possibilidade de concluir a tarefa.

FALTA DE PAGAMENTO

Empreiteiros ameaçam ir à Justiça contra prefeitura

CELSO BEJARANO

As empreiteiras que prestam serviço à Prefeitura de Campo Grande cujos pagamentos foram suspensos desde maio prometem romper os contratos com o município por meio de ações judiciais. O caso é tratado com reservas tanto pelo município quanto pelos empresários. A Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Controle (Seplanfic) informou que a dívida com as empreiteiras gira em torno de R\$ 60 milhões e que a conta não será paga agora, somente quando melhorar “o fluxo do caixa” do município. A falta de pagamento dura quatro meses. Os credores cuidam da manutenção de ruas, estradas na zona rural, tapa-buraco e reforma de prédios municipais. Já Valtemir Brito, secretário municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação, pasta que cuida das obras e das ordens de fatura às construtoras, não se manifestou. A reportagem quis conversar com o secretário por telefone, mas ele não atendeu as chamadas. Por meio da assessoria de imprensa da prefeitura, o secretário também não se pronunciou.



GERSON OLIVEIRA

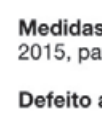
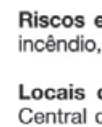
RISCO. Serviços como o de tapa-buracos podem ser comprometidos

O presidente do Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção, Amarildo Miranda Melo, foi outro que não quis tratar do assunto. Pela assessoria de imprensa, ele mandou dizer que não ia se pronunciar porque nenhuma empreiteira havia lhe comunicado sobre o atraso no pagamento de contratos firmados com a prefeitura. Um dos construtores com parcela de R\$ 100 mil, segundo ele, para receber da prefeitura, avisou que não autorizava a publicação do nome do jornal por temer represálias. “Se falo meu nome, corro

risco de nem receber essa dívida. Se todos [empreiteiros] falassem, aí, sim, eu também concordaria em dar uma entrevista oficial”, disse. O vereador Chiquinho Teles, do PSD, aconselhou os empreiteiros a procurarem a Câmara dos Vereadores e lá denunciarem o caso. “Precisamos saber se a prefeitura não paga por calote ou se realmente não tem dinheiro em caixa. Se eles [construtores] protocolarem a denúncia, a Câmara busca informações na prefeitura, investiga o caso”, afirmou Teles.

COMUNICADO DE RECALL

A Moto Honda da Amazônia Ltda. convoca os(as) proprietários(as) das motocicletas da marca Honda, modelos:

ANO/ MODELO	VERSÃO	CHASSIS NÃO SEQUENCIAIS			DATA DE PRODUÇÃO	
		INICIAL	FINAL		INICIAL	FINAL
			DE	ATE		
 Honda CTX 700N	2014	ABS JH2RC68Y*EK0	00002	00161	12/11/2013	29/11/2013
		STD JH2PC409*EK7	00004	00173	24/10/2013	06/06/2014
 Honda CBR 600RR	2014	ABS JH2PC409*EK7	00174	00237	21/05/2014	19/06/2014
		STD 9C2RD1410ER2	00001	00600	09/01/2014	11/11/2014
 Honda XL 700V Transalp	2014	ABS 9C2RD1420ER7	00001	00540	28/01/2014	22/10/2014
		STD 9C2RC5400ER0	00001	50071	07/01/2014	26/11/2014
 Honda Shadow 750	2014	ABS 9C2RC5410ER5	00001	50027	03/02/2014	03/06/2014
		STD 9C2RC7310FR0	00002	00391	15/01/2014	30/07/2015
 Honda NC 750X	2015	ABS 9C2RC7320FR0	00001	00849	15/01/2014	15/07/2015
		STD 9C2RC6410ER0	00603	01528	15/01/2014	24/11/2014
 Honda CBR 650F	2014	ABS 9C2RC6420ER0	00294	00799	28/01/2014	28/08/2014
		STD 9C2RC7700FR0	00001	01544	26/05/2014	29/07/2015
 Honda CB 650F	2015	ABS 9C2RC7710FR*	00001	00935	26/05/2014	21/07/2015
		STD 9C2RC7600FR*	00001	00660	14/03/2014	20/07/2015
 Honda CBR 600F Hornet	2015	ABS 9C2RC7610FR*	00001	00724	13/03/2014	15/06/2015
		STD 9C2PC4210ER0	00483	01731	11/12/2013	15/10/2014
 Honda NC 750X	2014	ABS 9C2PC4220ER0	00303	00917	13/01/2014	26/08/2014
		STD 9C2PC4230ER7	00003	00602	23/01/2014	03/04/2014
	2014	ABS 9C2PC4240ER0	00003	00407	25/03/2014	08/10/2014

*Variação numérica do chassi (poderá ser um numeral de 0 a 9 ou a letra X).

Medidas corretivas: comparecer a uma concessionária de motocicletas Honda, a partir de 28 de agosto de 2015, para a inspeção e, caso necessário, substituição gratuita do interruptor do relé de partida.

Defeito apresentado: curto-circuito e superaquecimento do componente.

Riscos e implicações: possibilidade de desligamento súbito e irreversível do motor e, em casos extremos, incêndio, podendo causar danos materiais e lesões graves ou até mesmo fatais aos ocupantes e/ou terceiros.

Locais de atendimento e contato: confirme no site www.honda.com.br/recall/motos ou em nossa Central de Atendimento, pelo 0800 701 3432 (segunda a sexta-feira, das 8h às 20h – horário de Brasília), a necessidade do reparo e os endereços das concessionárias.

